

## Comentários e Notícias

### A antevéspera de um novo ciclo da economia nacional

A longa fase da discussão pública do problema siderúrgico mobilizou, durante mais de trinta anos, todas as reservas intelectuais e morais da nacionalidade, a fim de que a sua solução correspondesse plenamente às nossas exigências políticas, econômicas e sociais.

Sob o ponto de vista político, a solução desse magno problema não poderá deixar de estar vinculada ao princípio da participação direta do Estado no controle das indústrias básicas, visto ser evidente que os primeiros resultados do empreendimento deverão ser, antes de tudo, empregados na melhoria do equipamento do Exército e da Marinha.

Economicamente, um surto de industrialização do ferro e do aço, em larga escala, determinará uma mudança tão radical em todos os nossos meios de produção e de transporte que facilitará o aparecimento sucessivo dessa variedade infinita de manufaturas transformadoras de riquezas que ainda se acham em potencial e inaproveitadas, em virtude da inacessibilidade dos preços da maquinaria importada. Simultaneamente, a ampliação da nossa frota mercante e a multiplicação das estradas de ferro serão consequências naturais do florescimento de um verdadeiro capitalismo nacional que se edificará solidamente sobre as bases da indústria pesada.

No campo social, como corolário do desenvolvimento do capitalismo industrial, haverá uma súbita elevação do nível de vida nacional, visto se tornarem extraordinárias as exigências do mercado interno de trabalho, decorrentes do determinismo dos fatos acima assinalados. Realmente, o emprêgo de disponibilidades monetárias em iniciativas industriais novas e sedutoras abrirá as

mais amplas perspectivas à produção. Por conseguinte, o trabalho remunerador e abundante reclamará braços e concorrerá para a formação de equipes operárias, a serem constituídas necessariamente pela incorporação, à civilização mecânica, das grandes massas sertanejas que, presentemente, se estiolam no interior, subordinadas às vicissitudes de uma vida de economia primitiva. Aos lavradores radicados à terra e que, por força de imperativos de origem e de tradições seculares, não serão absorvidos pela industrialização urbana, será entretanto possibilitada a aquisição, a baixo preço, dos modernos instrumentos de lavoura. Destruir-se-á para sempre a lenda que se tem generalizado sobre a indolência típica do nosso matuto. Aliás, essa provalada indolência, afora as especulações literárias de reduzido valor artístico, mas, de alto poder pejorativo, jamais pode ser levada à conta de característica racial do nosso povo. O homem desafortunado, descalço e desnutrido, qualquer que seja a sua origem étnica — e nesta contingência, podemos considerar tanto o mestiço brasileiro como o imigrante da mais pura descendência ariana que com ele convive no sertão — desde que esteja condenado às mais rudimentares relações de produção e troca, num vasto cenário territorial onde se confundem os extremos da civilização, tem de ser, forçosamente, um inadaptado, um vencido, um indolente, obrigado a encarar o vestuário e os mais simples instrumentos de trabalho e utensílios domésticos, como objetos de luxo e de curiosidade, dada a sua quasi nula capacidade aquisitiva, agravada ainda, como acontece nos países não industrializados, pela supervalorização quasi criminosa dos preços de custo.

Ora, encontrada finalmente a chave do problema, o plano da instituição definitiva da siderurgia nacional, elaborado por iniciativa do Governo, acaba de obter a aprovação de "técnicos estrangeiros de alto renome e a indústria organizada de vários países se propõe a colaborar com o Brasil, técnica e financeiramente" para o êxito da sua realização, segundo a grata notícia que o Sr. Presidente da República transmitiu ao povo brasileiro em sua notável oração de Campinas.

Não podia, aliás, ser mais feliz e mais justa a preferência presidencial em endereçar aos paulistas o seu primeiro apêlo ao concurso do capital nacional para a constituição da grande empresa siderúrgica que brevemente será lançada em nosso país.

Obtida a contribuição dos recursos estrangeiros, indispensáveis à execução de um plano de larga envergadura, a iniciativa da cooperação dos brasileiros deverá, necessariamente, partir do núcleo mais evoluido e empreendedor do capitalismo indígena, representado incontestavelmente pelas classes conservadoras de S. Paulo, herdeiras das tradições dos pioneiros intemeratos que, desde a epopéia das bandeiras, têm movimentado incessantemente as nossas fronteiras econômicas.

A formação do capital de uma grande empresa do gênero da que será lançada, obedecerá, talvez pela primeira vez no Brasil, à verdadeira finalidade da sociedade anônima, que, em última análise, foi instituída no direito mercantil moderno, para possibilitar a reunião de grandes recursos financeiros, mediante a subscrição parcial de vários indivíduos, com o fim de se explorar um negócio de vastas proporções. É oportuno assinalar que, entre nós, este tipo de sociedades ainda não alcançou, a rigor, essa precípua finalidade, pois não ha exemplo digno de nota em que a subscrição efetiva de ações constitutivas do capital das nossas sociedades anônimas de maior relêvo, tenha ultrapassado um reduzido grupo de acionistas, pouco mais que suficiente para o preenchimento do número legal. Isto deve-se, evidentemente, à especulação do lucro fácil que preside as iniciativas dos intermediários, sintoma, aliás, muito característico do capitalismo incipiente.

O Capital, isoladamente, não crêa riquezas. Quando associado, porém, ao Trabalho e aplicado à Natureza, passa a ser considerado como um dos fatores da Produção, segundo a regra ele-

mentar da economia política. A sua função econômica, como se sabe, é de instrumento do Trabalho.

A nossa situação excepcional, de país dotado de imensas riquezas em potencial, apresenta um dos três fatores da Produção, a Natureza, em condições de gritar pelo concurso dos outros dois: Trabalho e Capital. O elemento Trabalho está representado por uma população bem numerosa. O Capital, porém, é insignificante. A civilização não permite que a obra gigantesca do trabalho, aplicado diretamente à natureza, com o apêlo de tão pequeno capital, realize a produção de riquezas, nem mesmo em quantidade suficiente para atender às exigências mínimas do mercado interno, dadas as condições de interdependência econômica e financeira que existem entre os povos, creadas pela universalização das trocas.

Esse pequeno capital, então, tem que ser tímido, retraído e disposto a aplicar-se de preferência a especulações de menor monta sobre a circulação das riquezas, quando muito a empreendimentos destinados a florescer sob o manto do proteccionismo alfandegário, sem coragem, porém, de arriscar-se sozinho a iniciativas de produção e transformação de utilidades.

Aberta a exceção a S. Paulo, onde a fibra dos pioneiros estimulou o arrôjo da construção de um parque industrial, relativamente considerável em face das nossas condições objetivas acima assinaladas, em regra geral, as reservas monetárias nacionais têm se dirigido àquele comodismo de aplicação em apôlices e outras espécies de títulos, muito próprio de países de economia cansada e sem as nossas possibilidades, conforme acentuou o Sr. Presidente da República em Campinas.

Mas, lançada que seja a organização de uma grande empresa destinada ao transporte e à transformação de jazidas de minério de ferro, do mais alto teor metálico, que atingem a cêrca de 15 bilhões de toneladas, as disponibilidades de todos os brasileiros sentir-se-ão naturalmente atraídas para ela.

A semente lançada em Campinas germinará. O apêlo soou no momento preciso. Estamos na antevéspera de um novo ciclo de civilização, em que se ensaiam os primeiros passos para o cometimento de um grande plano industrial, sobre o qual repousam a prosperidade futura do país e a própria honra da nacionalidade brasileira.